

SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E CLASSE TRABALHADORA

Regina Maria de SOUZA¹

RESUMO

A consolidação do processo industrial, no Brasil, trouxe como conseqüências diretas um conjunto de modificações no mundo do trabalho. Ocorre a introdução de novos processos, novos produtos e mudanças nas condições de inserção da mão-de-obra neste contexto. O objetivo deste trabalho é mostrar que desde os primórdios da Revolução Industrial, passando por todas as transformações sofridas pelos processos industriais e chegando até os avançados processos tecnológicos atuais, a classe trabalhadora esteve submetida aos interesses do capital e ocorre a intensificação das desigualdades sócio-econômicas e culturais, bem como das disparidades regionais. Palavras-chave: Capital. Trabalho. Desigualdades. Tecnologia

ABSTRACT

The consolidation of the manufacturing process, in Brazil, brought together as a direct consequences of changes in the workplace. In this context, the new processes, new changes in the conditions of insertion of manpower occur. The objective of this work is to show that since the beginning of the Industrial Revolution, though all the transformation undergone by the industrial processes and reaching the current advanced technological processes, the working class has been subjected to the capital interests and there is an intensification of socio-economic and cultural inequalities, as well as regional disparities.

Keywords: Capital. Workplace. Inequalities. Technology.

INTRODUÇÃO

Dentre as interpretações formuladas a respeito do desenvolvimento industrial brasileiro, a análise do capitalismo tardio para a qual contribuíram João Manuel Cardoso de Melo, Maria da Conceição Tavares, Wilson Cano e Sérgio Silva argumenta que o capital industrial originou-se no Brasil na década de 1880, com o processo de acumulação de capital no setor exportador de café,

caminhando até 1926 para sua consolidação definitiva.

A ótica do capitalismo tardio, desenvolvida para o contexto brasileiro, enfatiza "uma interpretação que visualiza o crescimento industrial como primordialmente um resultado do processo de acumulação de capital no setor agrário exportador, o qual, por sua vez, depende da procura externa" (SUZIGAN, 1986, p.33).

Na década de 1880, introduz-se no país a máquina de beneficiamento do café e a ferrovia, que ao mesmo tempo reduzem o custo do transporte e melhoram a qualidade do café. Estas duas atividades passam a empregar mais o trabalho assalariado de imigrantes livres, que buscavam melhores condições de vida e que iriam ser de grande importância para o desenvolvimento industrial paulista, devido à sua experiência industrial trazida da Itália.

Estes trabalhadores *importados* supriram a escassez de mão-de-obra decorrente da falta de escravos e da abolição vindoura, completando a passagem para uma economia capitalista e exportadora de café. Segundo Mello (1982) essas condições compreendem a prévia acumulação de capital para investimento no setor industrial, a formação de um mercado interno para produtos industrializados e a capacidade de importar bens de salário, matérias-primas e maquinaria.

O capital industrial dependia do capital cafeeiro para a importação de máquinas e equipamentos, para reprodução de força de trabalho e para a criação de um mercado para os produtos industrializados. E o capital cafeeiro dependia da demanda externa por café.

O capital acumulado pela atividade cafeeira, inegavelmente, estimulou o desenvolvimento industrial brasileiro, porém, também impôs limites a esse desenvolvimento: a especialização da economia brasileira na produção de bens de consumo, já que a produção de bens de capital era privilégio dos países de economias centrais.

Caracterizou-se no Brasil, portanto, um desenvolvimento industrial retardatário, subordinado à acumulação internacional de capital. Esta situação predominou até a crise do café e a Grande Depressão da década de 1930, quando a acumulação de capital industrial tornou-se mais dependente do capital proveniente do café:

As políticas monetária e fiscal expansionista da década de 1930 e a redução da capacidade de importar estimularam o crescimento da produção nas indústrias de bens de consumo

¹ Mestre em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho" e Professora Titular das Faculdades Integradas de Santa Fé do Sul – SP (FUNEC).

previamente estabelecidas e um concomitante processo de rápida industrialização substitutiva de importações de bens intermediários e de bens de capital (SUZIGAN, 1986, p.36).

Esclareça-se bem que, apesar desses progressos, a acumulação de capital continuou dependente da capacidade de importar máquinas e insumos industriais, sendo que, só na década de 1950, ocorreu o estabelecimento das indústrias pesadas.

Do que foi dito anteriormente, pode-se concluir que, enquanto nos países avançados de fins do século XIX emergia a Segunda Revolução Industrial, a indústria brasileira se baseava em uma tecnologia relativamente simples, iniciando a apropriação dos avanços da Segunda Revolução Industrial apenas a partir de 1930.

Neste período, a estrutura produtiva ainda era pouco diversificada, apresentando um número reduzido de empresas, o mercado de trabalho era pouco integrado, os trabalhadores ainda estavam, na sua maioria, se dedicando aos ramos agrícola e, nas cidades, ainda não havia grandes concentrações de assalariados, sendo poucos os trabalhadores organizados e protegidos e muitos os explorados.

No pós-guerra, a economia urbano-industrial brasileira incorporou a indústria do aço, da química e de alguns bens de consumo, graças ao processo de internacionalização produtiva, comandado pelas empresas multinacionais norte-americanas. Com o Plano de Metas e a industrialização substitutiva foram implantadas as indústrias pesadas e de bens duráveis, tendo por base um vigoroso tripé formado pelas empresas transnacionais, estatais e privadas nacionais que completarão a industrialização com a autodeterminação do capital através de seu núcleo central: a indústria pesada.

Dessa forma, o padrão industrializante norte-americano foi logo incorporado, tanto no que diz respeito ao paradigma tecnológico quanto à organização do trabalho fordista-taylorista. O processo de trabalho consolidou-se no Brasil, baseando-se na produção em massa, na linha de montagem, no controle dos tempos e movimentos pelo cronômetro fordista e pela produção em série taylorista, por meio da fragmentação de funções, separação entre elaboração e execução no processo de trabalho, pela consolidação do operário-massa e do trabalhador coletivo fabril.

De acordo com Mattoso (1995, p.123) o desempenho econômico brasileiro apresentou uma taxa anual de 7%, o que permitiu que o PIB

dobrasse a cada década entre os anos de 1945 e 1980. A indústria de bens de consumo cresceu a uma taxa média de 15.3% ao ano entre 1945 e 1980, sendo que nos momentos de expansão do ciclo entre 1955-62 e 1967-73, atingiu taxas anuais superiores a 23%.

Com o desenvolvimento industrial e o crescimento econômico, os trabalhadores, pressionados pelas condições precárias de trabalho e pelos péssimos salários, foram fortalecendo-se em sindicatos e conquistando, sobretudo a partir da segunda metade da década de 1950, uma participação maior no cenário político, econômico e social brasileiro. Desde o início da década de 60, o movimento sindical, embora ainda localizado nos setores mais tradicionais vis-à-vis a modernização que ocorria no parque industrial, tornava-se crescentemente porta voz das lutas pelas reformas de base pelo aprofundamento democrático.

A classe trabalhadora tentava promover uma transformação das relações sociais, salariais e do padrão de consumo, promovendo uma articulação desses fatores com a estrutura tecnológica e industrial que se consolidou no período.

A resistência do Estado e da sociedade conservadora dominante a esse intento dos trabalhadores somado ao crescimento inflacionário e à queda no ritmo de crescimento verificada no início dos anos 60, rompeu a base de sustentação política do *desenvolvimentismo*, ao mesmo tempo que dificultaria ainda mais a conformação de uma força social capaz de assegurar reformas estruturais, desencadeando, a classe dominante e os militares, o Golpe Militar de 1964.

O Regime Militar significou a derrota das forças populares que incluíam o trabalhador, que defendia suas conquistas e direitos e o início de uma série de reformas conservadoras que incluíam a reforma bancária, a criação do BACEN, reforma financeira, reforma fiscal, criação das ORTNs, reforma administrativa, visando a retomada do crescimento, sob a influência visível dos Estados Unidos.

O Ministério do Trabalho exerceu seu poder e intervenção sobre os sindicatos, cassou seus líderes, terminou com a estabilidade do emprego, ampliou a rotatividade da mão-de-obra, proibiu a mobilização dos trabalhadores, bem como a negociação coletiva, a fim de enfraquecer sua luta. Salário e o emprego tornaram-se variáveis flexíveis ligadas, diretamente, às oscilações da economia e aos planos de estabilização, que se multiplicaram até os dias de hoje.

No fim da década de 60, a economia brasileira retoma seu crescimento, com o Milagre Econômico. Porém, acentuam-se as desigualdades sociais e regionais. O setor de bens de consumo duráveis consolidou-se com base em mudanças no padrão de distribuição da renda, que ocorre no sentido de fortalecer as classes com taxas superiores de renda e às custas de baixos salários e pequena distribuição de renda, grande mobilidade ocupacional e ocorre a proliferação de auto-ocupação e de pequenos negócios de baixa produtividade e permanência de alta proporção de empregos domésticos remunerados.

O início da década de 70 é marcado pela perda de competitividade da economia norte-americana e pelo crescimento do déficit fiscal e da balança de pagamentos que vão afetar, também, a economia brasileira, que a partir de 1974 se instabiliza. Novamente, desacelera-se o crescimento do PIB e agravam-se os problemas com a inflação e os desequilíbrios da balança de pagamentos:

A reversão do ciclo expansivo a partir de 1974 já indicava os limites do modelo baseado na produção de bens de consumo duráveis com a concentração de renda, ou seja, a constituição de ciclos curtos e instáveis de crescimento devido a uma grande instabilidade nas taxas de crescimento dos setores líderes (MATTOSO, 1995, p.120).

Geisel tenta contornar a situação lançando o II PND, que embasado no endividamento externo tentou eliminar o atraso evidente do departamento produtor de meios de produção e que acabou por garantir o crescimento do produto por mais alguns anos, até o final da década, mas que não atacaria problemas como o energético, que assolaria o país na década de oitenta. E, dentro desse contexto, a classe trabalhadora, que havia sido perseguida pelo regime militar, encontra-se desestruturada e enfraquecida.

A modernização tecnológica da agricultura, no início da década de 60, com o advento da Revolução Verde, promove a expulsão dos trabalhadores do campo, principalmente, dos jovens que, sem perspectivas, dirigem-se para as cidades, ampliando o número de pessoas disponíveis para o trabalho. E, mesmo passando por um período dinâmico, a economia brasileira não é capaz de empregar todo o contingente de trabalhadores, pagando baixos salários aos que eram admitidos.

A década de oitenta se caracterizará pelo esgotamento do dinamismo. Segundo Teixeira

(1993, p. 153), entre 1981 e 1983, o PIB reduziu-se 1.3% ao ano e o produto industrial a uma taxa média de 4% a.a., sem contar a elevação do desemprego e a queda do poder aquisitivo da população por conta dos salários, o aumento do trabalho sem carteira assinada e de atividades informais.

De 1984 a 1986, ocorre um período de recuperação da economia nacional, graças ao aumento "das exportações brasileiras com importações em queda, permitida pelos gigantescos déficits comerciais praticados pelos Estados Unidos e pelas políticas recessivas das autoridades federais" (MATTOSO, 1995, p. 139).

Segundo Teixeira (1993) o PIB volta a crescer, em 1983, cerca de 4.9% e em 1985 em torno de 8.3%, porém preocupado em garantir a vitória de seu partido nas eleições de novembro de 86 e cedendo às pressões dos credores externos, o governo não realiza as reformas estruturais que seriam necessárias para enfrentar os problemas surgidos no período e aprofunda a crise brasileira. Os trabalhadores, desde metalúrgicos a professores e funcionários públicos, têm seus salários reais reduzidos, muitos perdem seus empregos e, segundo o IBGE (1996), em maio de 1984 a taxa de desemprego era de 7.95%, sendo o ramo industrial o principal responsável por esta porcentagem.

Os anos seguintes são marcados por estagnação econômica, crise cambial e elevação da inflação, em 1989, a patamares superiores a 1000%, o que só não agravou as condições de vida do trabalhador graças à conquista do atrelamento dos salários à variação dos preços, que abrandou a perda de poder aquisitivo, pelo menos temporariamente.

O início da década de 1990 é marcado pela presença da alternativa neoliberal, que o governo Collor tomou como condição à modernização da indústria, do comércio e de toda economia brasileira.

A política de combate à inflação e as demais medidas adotadas pelo governo Collor, sob orientação neoliberal, não apresentaram um resultado efetivo, além de promover uma desestruturação acelerada do Estado e o reinício do pagamento da dívida externa, sem estimular o crescimento econômico e, muito menos, investir em infra-estrutura (comunicação, transportes, habitação, educação e saúde).

A situação do emprego se agrava, sendo que a indústria reduz o número de vagas nas principais metrópoles brasileiras: São Paulo,

Recife, Porto Alegre, Salvador e Belo Horizonte, de 3.293.100 em 1995 para 2.992.667 em março de 1996, uma diminuição de cerca de 9,12% (IBGE, 1996) Enquanto cai o emprego industrial, cresce o número de pessoas empregadas no comércio e no setor de serviços.

O presidente Itamar Franco assumiu a presidência da República em 2 de outubro de 1992 e governou até 1 de janeiro de 1995, abandonando qualquer medida econômica de congelamento de preços ou confisco de liquidez. Modificações substanciais na política econômica brasileira começam a ser estruturadas a partir de maio de 1993, quando assume o Ministério da Fazenda, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso. Ao longo do referido ano buscou-se a realização de um ajuste fiscal, a melhoria das contas públicas e a intensificação da política neoliberal, que persiste ao longo da década de 1990 e início dos anos 2000.

Configura-se uma preocupação fundamental em equilibrar as contas públicas, controlar o processo inflacionário inercial, diminuir a participação estatal na economia, implementar um processo de desregulamentação de setores como telecomunicações, energia elétrica e transportes.

Entre o final da década de 1990 e os dias atuais as disparidades verificadas entre pobres e ricos acentuou-se no Brasil, sendo possível afirmar, também, que existe hoje grande disparidade entre o estágio atual brasileiro e o dos países capitalistas avançados no aspecto social. Existe uma clara articulação entre o processo de desenvolvimento sócio-econômico e cultural brasileiro e a configuração do mercado de trabalho, a questão das desigualdades regionais, os grandes contrastes nacionais e as prioridades das políticas públicas brasileiras.

Em levantamento publicado por Pochmann *et al.* (2005), é apresentado um conjunto de dados que mostra tanto os problemas sócio-econômicos e culturais brasileiros quanto as disparidades regionais. No que se refere à questão educacional, pode-se afirmar que ao longo dos anos a rede pública de ensino primário e secundário foi cedendo às pressões por ampliação do acesso a uma parcela maior da população, ainda que a custo de uma deterioração de suas condições de funcionamento e de qualidade.

Segundo Pochmann *et al.* (2005), no Brasil há 8,7 milhões de alunos matriculados no ensino médio, correspondendo a aproximadamente 468 mil docentes e cerca de 248 mil turmas. O país possui em média 18,6 matriculados por docente. O país atende no ensino médio apenas 34,7% do total

da população referente ao segmento etário de 15 a 17 anos, sendo que a distribuição dos jovens entre 15 e 17 anos no ensino médio apresenta a seguinte configuração: o estado de São Paulo possui uma participação de 53,7% enquanto em Alagoas, apenas 13,5% da população entre 15 e 17 anos frequenta o ensino médio, no Piauí cerca de 15,2%, em Sergipe 17,2%, na Paraíba um total de 17,5%, na Bahia a média é de 18,0%, no estado de Amazonas o total é de 19,3%, no Ceará cerca de 22,3% e em Pernambuco cerca de 22,4 jovens entre 15 e 17 anos frequentam o ensino médio.

Já os estados do Sul e do Sudeste têm a maior participação de jovens de 15 a 17 anos cursando o ensino médio, acima da média nacional: São Paulo (53,7%), Paraná (47,8%) e Santa Catarina (45,6%).

No interior das Regiões Nordeste, Norte e Centro-oeste do Brasil, existem escolas funcionando de forma precária, com baixa remuneração, condições infra-estruturais precárias e professores semi-analfabetos, sem condições de garantir educação adequada para a população.

Quanto à composição da população entre 18 e 24 anos no ensino superior, o país possui em média 13,8 matriculados por docente no ensino superior destacando-se as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. A região Norte possui 15,2 matriculados/docente, a região Centro-Oeste 14,7, a região Sudeste 13,8, a região Nordeste 13,5 e finalmente a região Sul apresenta 13,3 matriculados/docente.

Questão que também merece destaque diz respeito ao acesso da população à saúde, sendo que a pesquisa (POCHMANN *et al.*, 2005) mostra que os médicos concentram-se nas regiões geográficas mais desenvolvidas. A região Sudeste tem 57% do total de médicos do país. De cada 4 médicos que estão atuando no país, um encontra-se no estado de São Paulo. Em seguida destacam-se Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo com uma média de quase 3 médicos por mil habitantes. Este dado costuma ser relacionado às melhores condições de trabalho decorrentes. O Nordeste tem 16% do total de médicos do país, sendo que Pernambuco tem 23% e Sergipe apenas 3,6%. Na região Sul, os médicos representam 14% do total. No Centro-Oeste, de cada 100 médicos que atuam no Brasil, 7 trabalham na região. A região Norte, com 12% da população nacional, tem apenas 4,5% dos médicos atuando.

A verificação dos dados apresentados anteriormente mostra que a Região Nordeste do Brasil encontra-se em condições desfavoráveis em

relação a outras regiões brasileiras. Pode-se acrescentar dados como o destino do lixo dos domicílios brasileiros, questão que está ligada intimamente à saúde de seus moradores. Segundo Pochmann *et al.* (2005) as regiões brasileiras mais carentes neste aspecto são a Norte e a Nordeste, com média de 56,8% e 70,7% do lixo coletado. Já as regiões Sudeste (86,1%), Centro-Oeste (80,6%) e Sul (80,4%) apresentam melhores condições. Apenas 69,7% dos habitantes da região Nordeste e 75,8% da região Norte possuem um abastecimento de água digno, o Centro-Oeste possui 92,3%, o Sudeste, 97,3% e o Sul, 97,4%.

Quando a pesquisa foi publicada, o Brasil contava com 6,1 milhões de pessoas sem acesso a energia elétrica, dos quais 63,9% moravam no Nordeste, 9,6% no Sudeste, 6,5% no Centro-Oeste, 6,2% no Sul e 5,3% na região Norte.

No que se refere às discussões sobre as medidas de pobreza, estas resvalam no nível de desenvolvimento econômico alcançado pelos países, bem como na estrutura de distribuição da renda, tanto pessoal como funcional. Segundo Pochmann *et al.* (2005) entende-se por pobreza absoluta a não satisfação de um conjunto de necessidades consideradas básicas, nutricionais e não-nutricionais. Abaixo da linha da pobreza relativa, estariam, ainda que tenham superado as necessidades básicas, os que vivem com um nível de renda inferior a um determinado parâmetro definido a partir da renda média de um país.

Os dados abaixo relacionados mensuram o número de pobres a partir do critério de pobreza relativa, adaptado à realidade nacional, sendo consideradas pobres todas as pessoas que vivem em famílias com renda inferior a 50% da renda média nacional familiar per capita. Pochmann *et al.* (2005) destaca o peso da pobreza no Nordeste, uma vez que esta região concentra 42,5% dos pobres brasileiros. No Sudeste, influenciado pelo peso demográfico de São Paulo e Minas Gerais, estão 32,4% dos pobres. A região Sul aparece com 11,0% e a Norte com 7,4%. O Centro-Oeste é a região que apresenta o menor número de pobres, 6,7% do total do país.

A pesquisa apresenta ainda dados relacionados à questão do emprego, sendo que constatou-se no Brasil um contingente de 22 milhões de trabalhadores entre desempregados e sub-ocupados. Deste total, cerca de 65%, ou seja, mais de 14 milhões de pessoas, não são consideradas pelos dados oficiais, o que se justifica pela multiplicidade de formas e precarização nas condições e relações de trabalho. Os estados do

Nordeste apresentam as mais elevadas taxas de desemprego ampliado, as quais se situam em torno de 50% nos casos extremos do Maranhão e do Piauí. Nas demais regiões brasileiras, encontra-se um patamar inferior a 20% nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal. Nos estados da região Sul e em Minas Gerais, o desemprego atinge cerca de 25% da PEA. Nos estados do Norte, a taxa de desemprego situa-se em torno de 25%.

Os dados apresentados anteriormente destacam uma série de problemas e condições desfavoráveis, que se traduzem, entre outras questões, em escassez de oportunidade de emprego e investimento produtivo. Os trabalhadores alijados do mercado de trabalho acabam por sentir-se atraídos pelas oportunidades de emprego oferecidas no Setor Sucroalcooleiro no Sudeste e Centro-Oeste brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modelo de desenvolvimento econômico e político adotado no Brasil desde o início do processo de industrialização não priorizou as demandas das classes menos favorecidas. Nas últimas três décadas, os desequilíbrios econômicos e políticos internos acentuaram as desigualdades. A política econômica, implementada a partir do Plano Real, no início dos anos 1990, tem priorizado a estabilização das variáveis macroeconômicas em detrimento de efetivo desenvolvimento e da solução das disparidades sócio-econômicas e culturais presentes no cenário nacional.

A adoção e manutenção, por longo período, de medidas como a elevação da taxa de juros, a abertura econômica e o corte de investimento em setores infra-estruturais, impactaram negativamente no investimento produtivo, no acesso ao crédito, sobretudo para pequenos e médios produtores, na geração de emprego, renda e fundamentalmente no acesso, por parte das classes menos favorecidas, aos recursos produtivos, aos bens finais e serviços produzidos no interior do capitalismo brasileiro.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** 2. ed. São Paulo: Hucitec-Unicamp, 1995.
- CANO, W. **Reflexões sobre o Brasil e a nova (Des)ordem internacional.** 4. ed. Campinas: Unicamp, 1995.
- MELLO, J. M. C. de. **O Capitalismo tardio.** São Paulo: Brasiliense, 1982.

MARX, K. **O capital**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984. V.2.

MATTOSO, J. **A desordem do trabalho**. São Paulo: Scritta, 1995.

POCHMANN, M. *et al.* **Agenda não liberal da inclusão social no Brasil**: atlas da exclusão social. São Paulo: Cortez, 2005.

PRADO JÚNIOR, C. **História econômica do Brasil**. 41. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SUZIGAN, W. **Indústria brasileira, origem e desenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TAVARES, M. C. **Acumulação de capital e industrialização no Brasil**. Campinas: Hucitec, 1985.

VASCONCELOS, M. A. S; TONETO JUNIOR, R. **Economia brasileira contemporânea**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.